

AduSP

INFORMATIVO

2º turno confirma caráter oligárquico da eleição de reitor

Encerrado o segundo turno do processo eleitoral de reitor da USP, e publicada no *Diário Oficial*, menos de 48 horas depois, a opção pessoal do governador José Serra pelo segundo nome da lista tríplice, confirma-se o caráter elitista e profundamente antidemocrático desse processo, expressão máxima da estrutura oligárquica de poder desta universidade. Os três escrutínios revelaram a incapacidade dos candidatos de alcançar maioria absoluta (164 votos), o que demonstra uma feroz luta entre os grupos engajados na disputa: desta vez, nem mesmo os tradicionais jogos de composição entre candidaturas tiveram como prosperar no diminuto colégio eleitoral.

Entre os 325 eleitores do segundo turno, os professores titulares são 145 (44,61%), os professores associados 89 (27,38%) e os professores doutores 40 (12,30%), além de um professor assistente e um professor auxiliar de ensino (0,3% cada um). Assim, a primeira distorção é que o mais numeroso segmento docente, o dos doutores, está subrepresentado; enquanto o menos numero-

so, o dos titulares, está super-representado.

A segunda distorção é que o conjunto dos docentes habilitados a votar soma 84,89% dos eleitores, ferindo acintosamente, portanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE), que prevê gestão democrática com participação de 70% dos docentes no colégio eleitoral para escolha do reitor.

Os dados são da Secretaria Geral da Reitoria: votam no “coleginho” da USP três funcionários (0,9%), 19 representantes discentes da graduação (5,8%) e 21 da pós-graduação (6,46%).

Votam, ainda, um representante dos antigos alunos, um da classe trabalhadora, três de federações empresariais (agricultura, comércio e indústria) e um da Fapesp. São representações que ganharam o direito de participar da votação por pertencerem ao Conselho Universitário. Contudo, cabe lembrar que a eleição de representante dos antigos alunos, nos moldes vigentes, tem sido um meio de manter no Conselho Universitário antigos membros da burocracia. Por outro lado, é o caso de indagar por que razão há três representantes



Daniel Garcia

Rodas, Glaucius e Corbani (19/9/09)

dos empresários e apenas um da classe trabalhadora.

Conchavos

Os dois primeiros colocados receberam votação uniforme nos três escrutínios, com inexpressiva variação para cima ou para baixo: 151/162/ 161 votos no caso de Glaucius Oliva, 105/ 106/104 votos no caso de João Grandino Rodas. Crescimento expressivo só apresentaram os pró-reitores Armando Corbani, que saiu de 68 votos para chegar a 101, e Ruy Altafim, que saltou de 35 votos para 78, resultado que pode ser atribuído ao empenho da reitora Suely Vilela no colé-

gio eleitoral para solapar a candidatura de Rodas, que se declarou “oposição”. A estratégia permitiu a Corbani praticamente “encostar” em Rodas no terceiro escrutínio.

O candidato Francisco Miraglia, que venceu a Eleição Democrática para Reitor, realizada entre os docentes, com expressiva vantagem (41% dos votos válidos), obteve pequena votação no segundo turno, apesar de sua quarta colocação no primeiro turno. O descarte das congregações no colégio eleitoral do segundo turno (contribuição *sui generis* da USP aos processos eleitorais universitários) elimina a

presença de eleitores menos atrelados ao círculo do poder. O que vale, no modelo atual, são as promessas de cargos, a pesada troca de favores e os compromissos entre os diferentes grupos encastelados na burocracia universitária.

O processo se encerrou no terceiro turno, de um só eleitor, no qual Serra nomeou reitor João Grandino Rodas, segundo colocado na lista tríplice -- fazendo algo que não se via desde os tempos de Maluf governador: deixar de homologar o primeiro nome.

A Eleição Democrática para Reitor serviu como formidável contraponto ao processo eleitoral viciado que tende a perpetuar a oligarquia no poder na USP, ao permitir o aprofundamento e a politização do debate entre as diversas candidaturas e colocar em primeiro plano a luta pela democratização da universidade. A AduSP continuará lutando pela realização de uma Estatuinte paritária, democrática e soberana, dotada portanto de legitimidade para reformar o Estatuto atual. E seguirá defendendo eleições diretas para reitor e diretores de unidade, sem “terceiro turno”, ou seja, sem listas tríplices.

Assembléia Geral da AduSP

3ª feira, 24/11, 17h, no Abrahão de Moraes (IF)

Pauta

valorização salarial do início da carreira docente • avaliação e desdobramentos do processo sucessório • indicação dos delegados da AduSP ao Congresso do Andes-SN

“O Instituto ficou subordinado à Fundação”, denuncia Willy Beçak, ex-diretor do Butantan

O pesquisador Willy Beçak, que trabalha no Instituto Butantan desde 1956, foi seu diretor entre 1983 e 1991 e um dos fundadores da Fundação Butantan, declarou ao *Informativo Adusp*, em depoimento exclusivo, que nos últimos anos “houve uma inversão” na relação entre essas instituições, mediante a qual a fundação — privada — passou a “estabelecer a política do instituto”, que é público. “Quem deve dirigir o instituto é a sua diretoria. A fundação deve ajudar”, explica.

Beçak presidiu a fundação até 1997, período assim definido por ele: “A fundação era bem caracterizada, bem controlada. Era tudo transparente. A fundação era auxiliar do instituto”. Depois que deixou a presidência da entidade privada, porém, várias mudanças teriam ocorrido: “O instituto ficou subordinado à fundação. Até os estatutos foram mudados. A fundação passou a estabelecer a política do instituto”.

Perguntamos ao ex-diretor se ele pensa ter havido um desvirtuamento da entidade privada. “As idéias originais do que deveria ser a fundação foram desvirtuadas”, respondeu. “Hoje os recursos investidos em pesquisa pela fundação são simbólicos”.

Rigidez

De acordo com Beçak, a fundação foi idealizada para permitir que o Instituto Butantan recebesse recursos do Ministério da Saúde. Subordinado à Secretaria Estadual da Saúde, e sem dispor de autonomia, o instituto não poderia receber diretamente tais recursos. “A fundação repassaria vacinas e soros e receberia recursos do Ministério. Em 1987, eu, como diretor do Instituto, idealizei a fundação, e fui seu presidente de 1987 a

1997”, explica.

“Só que fizemos um estatuto muito rígido: a verba da fundação não poderia ser usada para complementar salário; a diretoria não poderia receber auxílio financeiro; todo dinheiro só poderia ser reinvestido no Instituto, para as seguintes finalidades: parte na modernização do parque tecnológico; parte para a pesquisa; e parte na melhoria das condições sócio-culturais: museus, benefícios para os funcionários — restaurante e cesta básica, que eles não tinham”.

“Com esses recursos modernizamos o instituto, que estava num caos e não tinha nem soro antiofídico suficiente e de qualidade”. De acordo com o ex-diretor, havia 70 mil casos de acidentes ofídicos por ano e o Butantan só produzia, na época, 20 mil ampolas por ano, sem qualidade satisfatória.

Na década de 1980, o instituto ingressou no Programa Brasileiro de Autosuficiência em Imunobiológicos, por meio do qual a pasta adiantou recursos financeiros para algumas instituições de pesquisa, os quais foram “devolvidos” na forma de imunobiológicos, entre os quais vacinas até então importadas a um alto custo. Graças a esse programa, teria sido possível modernizar completamente o Butantan.

“Megafábrica”

Outra crítica feita pelo ex-diretor à situação atual do instituto: “A parte de produção está exagerada, ficou maior do que deveria ser, em detrimento da pesquisa e da parte cultural”. Na opinião de Beçak, o “Butantan não precisa ser uma megafábrica de vacina”, devendo limitar-se a produzir as vacinas e soros que o mercado não quiser fazer: por exemplo, “soro an-

Daniel Garcia



Professor Willy Beçak

tiofídico o instituto deve continuar fazendo”, diz ele.

“O Instituto Butantan é um centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, como o Instituto Pasteur de Paris, que também fazia produção, mas viu que se ela for exagerada passa a prejudicar a pesquisa”. O ideal, portanto, segundo o ex-diretor, é que parte da produção seja transferida a empresas privadas, mediante o pagamento de *royalties* por parte destas.

Beçak está aposentado, mas continua trabalhando no instituto, sem remuneração, no Laboratório de Genética do Centro do Biotecnologia, onde desenvolve com seu grupo uma vacina contra os vírus HPV (papilomavírus) e BPV. “O centro, que eu criei, é uma ponte entre pesquisa e produção. A vacina contra hepatite B foi criada por meu grupo no laboratório”, afirma.

Unificação

Otávio Mercadante, diretor do Instituto Butantan, rebate as críticas de Beçak. “Desde a mudança do Estatuto da Fundação Butantan em março de 2005, com a aprovação da Curadoria das Fundações do Ministério Público Estadual, o

OPINIÃO DA ADUSP

Privatização cobra seu preço

A traumática experiência do Instituto Butantan, abordada nesta edição e na anterior, confirma os pronunciamentos da Adusp e do Andes-SN sobre o processo de privatização de instituições públicas de ensino e pesquisa, via “fundações de apoio”: ele é sempre marcado pela prevalência de interesses privados, em prejuízo do setor público; por intenso conflito de interesses; e por distorções várias.

Não há motivo para duvidar do professor Beçak quando explica o que o levou a criar a Fundação Butantan. Porém, é ele mesmo quem protesta contra a inversão ocorrida nos últimos anos, que subordinou o ente público à direção da fundação privada. O que pareceu uma solução nos primeiros anos transformou-se, contra a sua vontade, em desvio, que compromete o Instituto Butantan.

Problemas no setor público devem ser resolvidos com instrumentos da esfera pública. A intermediação de entes privados, mesmo quando realizada a princípio com propósitos meritórios, abre uma brecha convidativa para interesses mercantis.

Conselho Curador da Fundação Butantan passou a ter a mesma composição do Conselho Diretor do Instituto Butantan com representantes da comunidade científica externa e com os diretores de Divisão do próprio Instituto”, declarou Mercadante ao *Informativo Adusp*. “Sendo assim, a política geral, o planejamento e a avaliação das duas instituições passou a ser unificado. A Fundação mantém seu caráter de apoio ao Instituto nos moldes de outras instituições existentes no Estado, sendo a relação entre as duas organizações regulamentada por Termos de Cooperação e aprovada pela Consultoria Jurídica”.

De acordo com Mercadante, é “a Fundação Butantan que possibilita que os recursos vindos do Ministério da Saúde pelo fornecimento de vacinas (90% da produção nacional) e soros (68% da produção nacional) sejam revertidos diretamente para a aplica-

ção no Instituto Butantan, sendo 100% destes recursos aplicados, conforme o Estatuto, no Instituto Butantan”.

Ainda segundo ele, a fundação “apóia a pesquisa de duas maneiras”: “apoio financeiro aos laboratórios para pequenas despesas” e “recebimento, execução de despesas e prestação de contas de receitas advindas das agências de fomento para as pesquisas (sem cobrança de taxas de administração)”.

Mercadante contesta a afirmação, publicada no *Informativo Adusp* 296, de que apenas 2,3% da receita da fundação em 2008 foram aplicados no instituto. Ele alega que “a receita da Fundação Butantan é obtida a partir do fornecimento de soros e vacinas e sua principal aplicação é obviamente com despesas oriundas desta atividade, tais como: insumos, serviços, equipamentos e construção de novas fábricas, sendo gastos menos de 2% com atividades administrativas”.

Andes realiza Encontro Nacional sobre carreira docente

Nos dias 20, 21 e 22/11, em Brasília, o Andes-Sindicato Nacional realizará seu Encontro Nacional de Carreira, que sucede uma série de reuniões preparatórias do GT Carreira e o Seminário Nacional de Carreira, realizado em outubro último em Montes Claros (MG). A discussão sobre carreira tornou-se crucial neste momento, diante das reformulações cogitadas pelo governo federal e, no âmbito de São Paulo, tendo em vista a tentativa de implantação da nova carreira, *manu militari*, pela Reitoria da USP e os projetos de reforma em andamento na Unesp e Unicamp.

A última reunião do GT Carreira, realizada em Santa Maria (RS), no dia 25/10, de-

bateu a questão dos eixos norteadores da carreira. O Seminário de Montes Claros aprovou como eixos: 1) formação e titulação e 2) tempo de serviço. A reunião de Santa Maria, porém, propôs a inclusão de um terceiro eixo: a avaliação, “que deve ser pensada como processo coletivo, emancipatório e não coercitivo”, diferentemente da avaliação centralizada e autoritária praticada sob os auspícios da Capes.

O GT, desdobrando os eixos, reavaliou os “princípios norteadores da carreira docente” definidos no Seminário de Montes Claros. Assim, por exemplo, foram propostas várias alternativas de reformulação do princípio 1, “a carreira não deve ser produtiva”.

Entre as novas formulações foram sugeridas, por exemplo: “a carreira deve pautar-se pela qualificação e controle social”; “a carreira deve ser produtiva entendendo-se que essa [produção] depende das condições de trabalho docente para desenvolver pesquisa, ensino e extensão”.

“Estímulo”

Foram reiterados integralmente pela reunião de 25/10 do GT vários outros princípios norteadores aprovados no Seminário: “2) A carreira docente não pode ser entendida apenas como recurso de acréscimo salarial, mas como estímulo ao crescimento e desenvolvimento do docente”; “3) desvincular a carreira docente da relação com as es-

truturas de cargos na gestão universitária”; “4) a carreira deve contemplar condições de trabalho que não comprometam a saúde e segurança do docente, dada a complexidade de uma atividade que envolve relações humanas (é preciso garantir a salubridade profissional)”; “5) manter o princípio da diversidade no que se refere aos níveis de titulação (especialização, graduação, mestrado, doutorado, livre docência e titular)”.

Também foram homologados os princípios que definem a observância, na carreira, da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, bem como o de que o trabalho docente “pressupõe as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão universitária e exercí-

cio de mandato sindical”.

Algumas questões polêmicas deverão ser apreciadas pelo Encontro Nacional de Carreira, como: o equilíbrio salarial entre início, meio e final da carreira (a relação matemática recomendável entre os salários inicial e final da carreira); o detalhamento da estrutura simplificada de carreira, compatível com os níveis de titulação existentes atualmente nas universidades brasileiras (graduado, mestre, doutor, associado e titular), bem como de sua estrutura aberta, “com ingresso em qualquer nível, mediante concurso público e progressão que respeite a formação e a titulação”; e os critérios de promoção.

Mês da Consciência Negra na USP

Uma série de atividades, organizada pela Adusp, Sintusp e “Frente Navio Negro: Nunca Mais” será realizada no campus da USP no Butantã entre os dias 17 e 27/11, com o intuito de assinalar a passagem do Dia da Consciência Negra, celebrado em 20/11.

“A contribuição dos africanos e seus descendentes na construção do Brasil, embora indiscutível, não tem sido devidamente valorizada”, lembra o texto de preparação do mês da Consciência Negra. “O povo negro, após o perverso e trágico período de mais de três séculos de escravidão, foi completamente abandonado pelas instituições. A discriminação racial se perpetuou em nossa sociedade de maneira velada, inclusive nas instituições públicas”.

Assim, denuncia o texto, grande parte da população afrodescendente não tem

acesso aos direitos fundamentais, num “quadro de exclusão [que] leva à perpetuação de um ciclo de pobreza que tem se agravado ao longo do tempo e que se acentua nos períodos de recessão, como na atualidade”.

Violência

Uma das mais cruéis consequências do racismo, prossegue, “é a violenta ação policial sofrida cotidianamente por negros e negras, principalmente por jovens entre 14 e 25 anos, que no auge da sua juventude são exterminados”. Outro destaque é para a situação da mulher negra: a ela, no mercado de trabalho, “são relegadas as piores tarefas laborais” e “os menores salários”. São estes, exatamente, os temas dos principais debates do mês da Consciência Negra.

Assim, em 17/11 (terça-feira) será realizado debate

sobre “O negro e a violência policial”, no qual já têm presença confirmada Milton Barbosa (Movimento Negro Unificado), Helena (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), Claudionor Brandão (Sintusp), João Zanetic (Adusp) e José Geraldo Correia Jr. (Conlutas).

Em 18/11 (quarta-feira), será a vez do tema “Mulher negra”, com a participação confirmada de Dulce Maria Senna (do Centro Saúde Escola Butantan) e Mara Punho Preto (do grupo Pão e Rosas). Ambos os debates terão lugar no vão da História (“Aquário”), às 17h30.

Educação

Em 26/11, quinta-feira, às 17h30, será realizada mesa-redonda sobre a presença do negro na educação. Em 27/11, sexta-feira, no mesmo horário, terá lugar mesa-redonda sobre cultura afro.

Professores doutores e associados elege representantes no Co

Professores doutores e professores associados elegeram, em 12/11, seus representantes junto ao Conselho Universitário (Co). A Adusp teve acesso à lista de delegados em 10/11 e, como de hábito, com o objetivo de proporcionar um debate sobre a USP e a representação docente no Co, enviou um convite a todos os delegados para uma reunião realizada em 11/11.

Na oportunidade, foram discutidos os princípios considerados norteadores desta representação: que ela seja uma voz capaz de expor e defender um projeto de universidade alternativo ao que está colocado. Muitos dos pre-

sentes apontaram a pouca representação que têm os docentes no Co e a falta de democracia na USP.

Imediatamente antes da votação, os candidatos se apresentaram e explicaram suas motivações e projetos para a representação. Foram eleitos:

Representantes dos Doutores:

Manoel Fernandes de Sousa Neto, titular (FFLCH)

Cláudia Maria Padovan, suplente (FFCLRP)

Representantes dos Associados:

Luiz Eugênio Garcez Leme, titular (FM)

Marcos Nascimento Magalhães, suplente (IME)

FILIE-SE À ADUSP!

Ação do Gatilho

Reitoria acata execução da sentença para beneficiários incontroversos

Em manifestação protocolada em 30 de outubro, a administração da USP declarou ao juiz que “não tem qualquer oposição quanto ao pedido de dar-se início à execução da lista [de beneficiários] considerada incontroversa”. Solicitou, contudo, um prazo “não inferior a 45 dias” para entregar à Adusp as informações relativas aos vencimentos dos docentes no ano de 1987. Tal informação é essencial para

que a entidade possa calcular o montante a que faz jus cada beneficiário, em função de gatilhos salariais devidos e não pagos ou pagos em atraso no ano de 1987.

A administração, contudo, negou que deva incorporar um reajuste de 32,96%. Contrária, deste modo, a própria manifestação do Tribunal de Justiça em relação a recurso que a Reitoria havia interposto neste sentido, sobre o qual o Tribunal

declarou não caber discussão sobre os índices definidos pela sentença, no momento de sua execução. Cabe, agora, ao juiz pronunciarse acerca dessa manifestação da Reitoria.

Apartado

Entretanto, ainda que com muitos atrasos, é auspicioso que tenhamos chegado ao momento em que, diante do juiz, está posta a concordância da administração da Uni-

versidade para que se inicie a execução da sentença para os seus beneficiários incontroversos e que se constitua um apartado para a discussão dos casos divergentes.

Prosseguem as reuniões entre a Adusp e a administração, e esperamos que esta se empenhe efetivamente para agilizar o andamento do processo. Neste 12 de novembro, em particular, tivemos uma reunião com técnicos da Reitoria. Compromete-

ram-se em repassar à Adusp as informações relativas ao ano de 1987, em formato de planilha de cálculo. Parte destes dados já estão agrupados e os técnicos aguardam o aval dos procuradores da universidade para encaminhá-los à entidade. Isso possibilitará que adiante os cálculos a serem entregues em juízo.

Aguardamos agora que o juiz dê curso à efetiva execução de nossa sentença.

Protesto provocou adiamento da eleição de reitor

Manifestações por maior democracia na universidade, organizadas por estudantes, funcionários e movimentos sociais, marcaram o segundo turno das eleições para reitor deste ano, adiando por um dia o processo eleitoral, que foi realizado fora da universidade, sob forte aparato policial.

Na terça-feira, 10/11, ao meio-dia, estudantes e funcionários posicionaram-se na entrada da portaria principal do prédio da Reitoria, impedindo a entrada de parte dos membros do Colégio Eleitoral. Ao mesmo tempo, a portaria B, atrás do prédio, era obstruída por militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

“Para a gente, a luta é igual, seja por moradia ou por educação, é a mesma luta. Decidimos estar aqui hoje com os estudantes porque esse é um espaço público, esse lugar é do povo. Então decidimos trazer os trabalhadores, que são pais e são mães, e precisam garantir o futuro dos seus filhos”, afirmou Elias Ferreira dos Santos, mili-

tante do MTST.

Impedidos de entrar sob gritos como “aqui só entra trabalhador, burocrata não”, alguns membros do Colégio Eleitoral procuraram um portão lateral, que logo também seria bloqueado por estudantes.

Caracterizados como cortesãos, estudantes das Artes Cênicas ironizavam os membros do Colégio Eleitoral, que reivindicavam seu direito de votar. “Vamos lutar lá dentro, vamos mudar dentro das regras”, dizia uma professora. “Eu fui eleita para estar aqui, eu quero entrar, é um direito meu”, argumentou ela, ao que um estudante da mesma unidade respondeu: “Eu não te elegi. A gente quer que todos possam votar e decidir as coisas nessa universidade”.

Sylvio Sawaya, candidato que ficou do lado de fora, comentou a manifestação: “Hoje não é dia para entrar em conflito, vamos ficar quietos olhando, não vamos forçar a entrada”, disse. “Protestar é legítimo. Impedir é uma forma errada, há ou-

tras maneiras talvez mais interessantes”, acredita o diretor da FAU.

Por fim, a Reitoria anunciou, pouco antes das 14 horas, a suspensão do processo eleitoral. “É lamentável, atrasamos o processo de mudança”, comentou a candidata Sonia Penin: “Queremos fazer a eleição para mudar imediatamente o modelo eleitoral”.

Memorial

Os membros do Colégio Eleitoral foram avisados a respeito do novo local de votação, a Biblioteca do Memorial da América Latina, na noite desse mesmo dia, por correio eletrônico, “como previsto no artigo 21 da resolução nº 5802, de 9 de outubro de 2009”. Assim, a Reitoria tentou evitar uma nova manifestação.

Estudantes que chegaram cedo ao Memorial relatam que diversas viaturas da Polícia Militar já se encontravam no local e que agentes da Guarda Universitária vigiavam todos os portões de acesso. Às 12h30, era possí-



Daniel Garcia

Protesto "antimonárquico" de alunos das Cênicas

vel contar, apenas na frente da Biblioteca e do Salão de Atos do Memorial, 12 viaturas da PM, incluindo a Força Tática, e uma Base Móvel, além de inúmeras motocicletas da Rocam e muitas viaturas da Guarda Universitária.

Cerca de 200 manifestantes se concentraram do lado de fora do Memorial, sendo impedidos de entrar, a princípio por uma barreira de homens da Força Tática, munidos de escudos, posteriormente substituídos pela Guarda Universitária. Apenas pessoas cadastradas na

lista da Comissão Eleitoral puderam entrar. Nem mesmo a imprensa teve acesso ao local da votação.

Em protesto, estudantes e funcionários fecharam a rua em frente à Biblioteca. Ao longo do ato, houve dois momentos de maior tensão, em que policiais se aproximaram da manifestação empunhando cacetetes, spray de pimenta, armas de grosso calibre e bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Mas não houve conflito até o encerramento do ato, por volta das 15h40.